



UNIÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS CONGREGACIONAIS DO BRASIL
Rua Visconde de Inhaúma, 134 – 19 andares – Edifício Paraná - Centro - CEP. 20091-901- Rio de Janeiro - RJ – Telefax: (021) 2203.8850/6 C.N.P.J. 33.997.297/0001-60
DEPARTAMENTO
DE ATIVIDADES MINISTERIAIS
1969 – 2017: 48 anos servindo ao Reino de Deus através da UIECB



Síntese Doutrinária do Congregacionalismo da UIECB
E 28 Artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo

28 Artigos

Art. 1º – Do Testemunho da Natureza quanto à Existência de Deus – Existe um só Deus(1), vivo e pessoal(2); suas obras no céu e na terra manifestam, não meramente que existe, mas que possui sabedoria, poder e bondade tão vastos que os homens não podem compreender(3); conforme sua soberana e livre vontade, governa todas as coisas(4). (1) Dt.6:4; (2) Jr 10:10; (3) Sl 8:1; (4) Rm 9:15,16.

Art. 2º – Do Testemunho da Revelação a Respeito de Deus e do Homem – Ao testemunho das suas obras Deus acrescentou informações(5) a respeito de si mesmo(6) e do que requer dos homens(7). Estas informações se acham nas Escrituras do Velho e do Novo Testamento(*) nas quais possuímos a única regra perfeita para nossa crença sobre o Criador, e preceitos infalíveis para todo o nosso proceder nesta vida(8).(5) Hb 1:1; (6) Ex 34-5-7; (7); II Tm.3.15,16; (8); Is.8.19,20.(*). Os livros apócrifos não são parte da Escritura devidamente inspirada.

Art. 3º – Da Natureza dessa Revelação – As Escrituras Sagradas foram escritas por homens santos, inspirados por Deus, de maneira que as palavras que escreveram são as palavras de Deus(9). Seu valor é incalculável(10), e devem ser lidas por todos os homens(1). (9) II Pe 1:19-21; (10) Rm 3:1,2. (1) Jo 5:39.

Art. 4º – Da Natureza de Deus – Deus o Soberano Proprietário do Universo é Espírito(2), Eterno(3), Infinito(4) e Imutável(5) em sabedoria(6), poder(7), santidade(8), justiça(9), bondade(10) e verdade(1). (2) Jo 4:24; (3) Dt 32:40; (4) Jr 23:24; (5) Mt 3; (6) Sl 146:5; (7) Gn 17:1; (8) Sl 144:17; (9) Dt 32: 4; (10) Mt 19:17; (1) Jo 7:28.

Art. 5º – Da Trindade da Unidade – Embora seja um grande mistério que existam diversas pessoas em um só Ente, é verdade que na Divindade exista uma distinção de pessoas indicadas nas Escrituras Sagradas pelos nomes de Pai, Filho e Espírito Santo(2) e pelo uso dos pronomes Eu, Tu e Ele, empregados por Elas, mutuamente entre si(3). (2) Mt 28:19; (3) Jo 14:16,17

Art. 6º – Da Criação do Homem – Deus, tendo preparado este mundo para a habitação do gênero humano, criou o homem(4), constituindo-o de uma alma que é espírito(5), e de um corpo composto de matérias terrestres(6). O primeiro homem foi feito à semelhança de Deus(7), puro, inteligente e nobre, com memória, afeições e vontade livre, sujeito Àquele que o criou, mas com domínio sobre todas as outras criaturas deste mundo(8). (4) Gn 1:2-27; (5) Ec 12:7; (6) Gn 2:7; (7) Gn 1:26,27; (8) Gn 1:28

Art. 7º – Da Queda do Homem – O homem assim dotado e amado pelo Criador era perfeitamente feliz(9), mas tentado por um espírito rebelde (chamado por Deus, Satanás), desobedeceu ao seu Criador(10); destruiu a harmonia em que estivera com Deus, perdeu a semelhança divina; tornou-se corrupto e miserável, deste modo vieram sobre ela a ruína e a morte(1). (9) Gn 1:31; (10) Gn 2: 16,17; (1) Rm 5:12.

Art. 8º – **Da Consequência da Queda** – Estas não se limitam ao primeiro pecador. Seus descendentes herdaram dele a pobreza, a desgraça a inclinação para o mal e a incapacidade de cumprir bem o que Deus manda(2); por consequência todos pecam, todos merecem ser condenados, e de fato todos morrem(3).(2) Sl 50:7; (3) I Co 15:21

Art. 9º – **Da Imortalidade da Alma** – A alma humana não acaba quando o corpo morre. Destinada por seu Criador a uma existência perpétua, continua capaz de pensar, desejar, lembrar-se do passado e gozar da mais perfeita paz e regozijo; e também de temer o futuro, sentir remorso e horror e sofrer agonias tais, que mais quererá acabar do que continuar a existir(4); o pecado da rebelião contra o seu Criador, merece para sempre esta miséria, que é chamada por Deus de segunda morte(5). (4) Lc 16:20-31; (5) Ap 21:8

Art. 10º – **Da Consciência e do Juízo Final** – Deus constituiu a consciência juiz da alma do homem(6). Deu-lhes mandamentos pelos quais se decidissem todos os casos(7), mas reservou para si o julgamento final, que será em harmonia com seu próprio caráter(8). Avisou aos homens da pena com que punirá toda injustiça, maldade, falsidade e desobediência ao seu governo(9); cumprirá suas ameaças, punindo todo pecado em exata proporção à culpa(10).(6) Rm 2:14,15; (7) Mt. 22:36-40; (8) Sl 49:6; (9) Gl 3:10; (10) II Co 5:10

Art. 11º – **Da Perversidade do Homem e do Amor de Deus** – Deus vendo a perversidade, a ingratidão e o desprezo com que os homens lhe retribuem seus benefícios e o castigo que merecem(1), cheio de misericórdia compadeceu-se deles; jurou que não desejava a morte dos ímpios(2); além disso, tomou-os e mandou declarar-lhes, em palavras humanas, sua imensa bondade para com eles; e quando os pecadores nem com tais palavras se importavam, ele lhes deu a maior prova do seu amor(3) enviando-lhes um salvador que os livrasse completamente da ruína e miséria, da corrupção e condenação e os restabelecesse para sempre no seu favor(4).(1) Hb 4:13; (2) Ez 33:11; (3) Rm 5:8,9; (4) II Co 5: 18-20.

Art. 12º – **Da Origem da Salvação** – Esta Salvação, tão preciosa e digna do Altíssimo (porque está perfeitamente em harmonia com seu caráter) procede do infinito amor do Pai, que deu seu unigênito Filho para salvar os seus inimigos(5). (5) I Jo 4:9

Art. 13º – **Do Autor da Salvação** – Foi adquirida, porém, pelo Filho, não com ouro, nem com prata, mas com Seu sangue(6), pois tomou para Si um corpo humano e alma humana(7) preparados pelo Espírito Santo no ventre de uma virgem(8); assim, sendo Deus e continuando a sê-Lo se fez homem(9). Nasceu da Virgem Maria, viveu entre os homens(10), como se conta nos evangelhos, cumpriu todos os preceitos divinos(1) e sofreu a morte e a maldição como o substituto dos pecadores(2), ressuscitou(3) e subiu ao céu(4). Ali intercede pelos seus remidos(5) e para valer-lhes tem todo o poder no céu e na terra(6). É nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo(7), que oferece, de graça, a todo o pecador o pleno proveito de sua obediência e sofrimentos, e o assegura a todos os que, crendo nEle, aceitam-no por Seu Salvador(8).(6) I Pe1:18,19; (7) Hb 2:14; (8) Mt 1:20; (9) Jo 1:1,14; (10) At 10:38; (1) I Pe 2:22; (2) Gl 3:13; (3) Mt 28:5,6; (4) Mc 16:19; (5) Hb 7:25; (6) Mt 28:18; (7) At 5:31; (8) Jo 1:14.

Art. 14º – **Da Obra do Espírito Santo no Pecador** – O Espírito Santo enviado pelo Pai(9) e pelo Filho(10), usando das palavras de Deus(1), convence o pecador dos seus pecados e da ruína(2) e mostra-lhe a excelência do Salvador(3), move-o a arrepender-se, a aceitar e a confiar em Jesus Cristo. Assim produz uma grande mudança espiritual chamada nascer de Deus(4). O pecador nascido de Deus está desde já perdoado, justificado e salvo; tem a vida eterna e goza das bênçãos da Salvação(5).(9) Jo 14:16,26; (10) Jo 16:7; (1) Ef 6:17; (2) Jo 16:8; (3) Jo 16:14; (4) Jo1:12,13; (5) Gl 3:26

Art. 15º – **Do Impenitente** – Os pecadores que não crerem no Salvador e não aceitarem a Salvação que lhes está oferecida de graça, hão de levar a punição de suas ofensas(6), pelo modo e no lugar destinados para os inimigos de Deus(7). (6) Jo 3:36; (7) II Ts 1: 8,9

Art. 16º – **Da Única Esperança de Salvação** – Para os que morrem sem aproveitar-se desta salvação, não existe por vir além da morte um raio de esperança(8). Deus não deparou remédio para os que, até o fim da vida neste mundo, perseveraram nos seus pecados. Perdem-se. Jamais terão alívio(9). (8) Jo 8:24; (9) Mc 9:42,43

Art. 17º – **Da Obra do Espírito Santo no Crente** – O Espírito santo continua a habitar e a operar naquele que faz nascer de Deus(10); esclarece-lhe a mente mais e mais com as verdades divinas(1), eleva e purifica-lhe as afeições adiantando nele a semelhança de Jesus(2), estes fruto do espírito são prova de que passaram da morte para a vida, e que são de Cristo(3).(10) Jo 14:16,17; (1) Jo 16:13; (2) II Co 3:18; (3) Gl 5:22,23

Art. 18º – **Da União do Crente com Cristo e do Poder para o Seu Serviço** – Aqueles que tem o Espírito de Cristo estão unidos com Cristo(4), e como membro do seu corpo recebem a capacidade de servi-Lo(5). Usando desta capacidade, procuram viver, e realmente vivem, para a glória de Deus, seu Salvador(6).(4) Ef 5:29,30 (5) Jo 15:4,7 (6) I Co 6:20

Art. 19º – **Da União do Corpo de Cristo** – A Igreja de Cristo no céu e na terra é uma(7) só e compõe-se de todos os sinceros crentes no Redentor(8), os quais foram escolhidos por Deus, antes de haver mundo(9), para serem chamados e convertidos nesta vida e glorificados durante a eternidade(10). (7) Ef 3:15; (8) I Co 12:13; (9) Ef 1:11; (10) Rm 8: 29,30.

Art. 20º – **Dos Deveres do Crente** – É obrigação dos membros de uma Igreja local, reunirem-se(1) para fazer oração e dar louvores a Deus, estudarem sua Palavra, celebrarem os ritos ordenados por Ele, valerem um dos outros e promoverem o bem de todos os irmãos; receberem(2) entre si como membros aqueles que o pedem e que parecem verdadeiramente filhos de Deus pela fé; excluïrem(3) aqueles que depois mostram a sua desobediência aos preceitos do Salvador que não são de Cristo; e procurarem o auxílio e proteção do Espírito Santo em todos os seus passos(4).(1)Hb 10:25; (2) Rm 14:1; (3) I Co 5:3-5; (4) Rm 8:5,16.

Art. 21º – **Da Obediência dos Crentes** – Ainda que os salvos não obtenham a salvação pela obediência à lei senão pelos merecimentos de Jesus Cristo(5), recebem a lei e todos os preceitos de Deus como um meio pelo qual Ele manifesta sua vontade sobre o procedimento dos remidos(6) e guardam-nos tanto mais cuidadosa e gratamente por se si acharem salvos de graça(7).(5) Ef 2:8,9; (6) I Jo 5:2,3; (7) Tt 3:4-8.

Art. 22º – **Do Sacerdócio dos Crentes e dos Dons do Espírito** – Todos os crentes sinceros são sacerdotes para oferecerem sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo(8), que é o Mestre(9), Pontífice(10) e Único Cabeça de sua Igreja(1); mas como Governador de sua casa(2) estabeleceu nela diversos cargos(3) como de Pastor(4), Presbítero(5), Diácono(6), e Evangelista; para eles escolhe e habilita, com talentos próprios, aos que ele quer para cumprirem os deveres desses ofícios(7), e quando existem devem ser reconhecidos pela igreja e preparados e dados por Deus(8). (8) I Pe 2:5-9; (9) Mt 23:8-10; (10) Hb 3:1; (1) Ef. 1:22; (2) Hb 3:6; (3) I Co 12:28; (4) Ef 4:2; (5) I Tm 3:1-7; (6) I Tm 3: 8-13; (7) I Pe 5:1; (8) Fl 2:29.

Art. 23º – **Da Relação de Deus para com Seu Povo** – O Altíssimo Deus atende as orações(9) que, com fé, e, em nome de Jesus, único Mediador(10) entre Deus e os homens, lhe são apresentadas pelos crentes, aceita os louvores(1) e reconhece como feito a Ele, todo o bem feito aos Seus(2). (9)

Mt 18:19; (10) I Tm 2:5; (1) Cl 3:16,17; (2) Mt 25:40,45; (3) Hb 10:1; (4) At 10:47,48; (5) Mt 26:26-28.

Art. 24° – **Da Cerimônia e dos Ritos Cristãos** – Os ritos judaicos, divinamente instruídos pelo Ministério de Moisés , eram sombras dos bens vindouros e cessaram quando os mesmos bens vieram(3): os ritos cristãos são somente dois: o batismo com água(4) e a Ceia do Senhor(5).

Art. 25° – **Do Batismo com Água** – O batismo com água foi ordenado por Nosso Senhor Jesus Cristo como figura do batismo verdadeiro e eficaz, feito pelo Salvador , quando envia o Espírito Santo para regenerar o pecador(6). Pela recepção do batismo com água, a pessoa declara que aceita os termos do pacto em que Deus assegura as bênçãos da salvação(7). (6) Mt. 3:11; (7) At 2:41

Art. 26° – **Da Ceia do Senhor** – Na Ceia do Senhor foi instituída pelo Senhor Jesus Cristo, o pão e o vinho representam vivamente ao coração do crente o corpo que foi morto e o sangue derramado no Calvário(8); participar do pão e do vinho representa o fato de que a alma recebeu seu Salvador. O crente faz isso em memória do Senhor, mas é da sua obrigação examinar-se primeiro fielmente quanto a sua fé, seu amor e o seu procedimento(9). (8) I Co 10:16; (9) I Co 11:28,29.

Art. 27° – **Da Segunda Vinda do Senhor** – Nosso Senhor Jesus Cristo virá do céu como homem(10), em Sua própria glória(1) e na glória de Seu Pai(2), com todos os santos e anjos; assentar-se-á no trono de Sua glória e julgará todas as nações. (10) At 1:11; (1) Mt 25:31; (2) Mt 16:27

Art. 28° – **Da Ressurreição para a Vida ou para a Condenação** – Vem a hora em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus e ressuscitarão(3); os mortos em Cristo ressurgirão primeiro(4); os crentes que neste tempo estiverem vivos serão mudados(5), e sendo arrebatados estarão para sempre com o Senhor(6), os outros também ressuscitarão, mas para a condenação(7). (3) Jo 5:25-29; (4) I Co 15:22,23;(5) I Co 15:51,52; (6) I Ts 4:16; (7) Jo 5:29.

Os Vinte e oito artigos da “BREVE EXPOSIÇÃO DAS DOCTRINAS FUNDAMENTAIS DO CRISTIANISMO” foram lavrados pelo Dr. Robert Reid Kalley e aprovados em 02 de julho de 1876 e este documento, de memorável valor histórico, consagrou-se como síntese doutrinária das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil.

A aceitação destas “Doutrinas Fundamentais” serviu de base para rejeição de várias doutrinas anti-bíblicas e encorajou os congregacionais ao crescimento e a implantação sólida e definitiva desta Grande Denominação.

Síntese Doutrinária

síntese doutrinária aprovada e aceita na 43ª Assembléia Geral da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil - UIECB, realizada em Águas de Lindóia - SP em 1995.

1. DOM DE VARIEDADE DE LÍNGUAS

"Cremos na contemporaneidade do dom de variedade de línguas, as quais podem ser de natureza idiomática ou inteligível (estrangeira) e ininteligível (estranha)".

Nossa crença na contemporaneidade deste dom tem o fundamento exposto abaixo e obedece às orientações colocadas a seguir:

1.1 Argumentos a favor da contemporaneidade.

Podem ser alinhados argumentos a favor da contemporaneidade do dom de variedade de línguas: Não é conclusiva a hermenêutica que se faz de 1 Coríntios 13:8-13, declarando-se que o dom, junto ao de "ciência" e ao de "profecia" teriam natureza temporária; deixaram de ter vigência em um determinado momento dentro do período de atuação da Igreja. Se o propósito primordial dos dons espirituais é o serviço e a edificação da Igreja, enquanto esta cumpre seu ministério e necessita ser edificada, todos os dons estão em vigência. No tempo que convém, conforme apraza o Espírito, qualquer dom pode ser concedido. A omissão do dom de variedade de línguas nos versículos 9-13 pode ser entendida como um recurso estilístico, igualmente usado por Paulo ao levantar as hipóteses contidas nos versículos 1 a 3. Neles Paulo omite vários dons, todos eles, porém, são menos importantes que o amor.

Conseqüentemente, o verbo "pauantai" (1 Coríntios 13:8), traduzido por "cessarão" não tem a alegada força para determinar que o dom deixaria de ser concedido ainda dentro do período apostólico. Leve-se em conta que o propósito de Paulo, em 1 Coríntios 13, não é definir o tempo de vigência de qualquer dom espiritual, e sim exaltar a dádiva do amor.

Os dons foram concedidos apenas para corroborar o ministério apostólico (mesmo os chamados dons de sinais ou de efeito). Embora não apoiemos a idéia da continuidade do ministério apostólico, que justifica a autoridade dos crentes de hoje para a realização de sinais, não entendemos que os dons tenham cessado com a morte dos apóstolos. Os sinais que ocorrem hoje não podem ter o mesmo caráter; isto é, não servem para confirmar a Palavra revelada; contudo, o Senhor não está impedido de os realizar, de acordo com Sua Soberana vontade.

O encerramento do cânon bíblico também não implica na cessação de qualquer dom. O que é "perfeito" (1 Coríntios 13:10) pode ser entendido como a volta de Jesus Cristo ou como o estabelecimento do novo céu e da nova terra, quando a Igreja terá concluído seu ministério, não sendo então necessária a manifestação de nenhum dom.

1.2 Conceito do dom de variedade de línguas.

O dom de variedade de línguas é a capacitação sobrenatural dada por Deus, mediante o Seu Espírito, ao crente em Cristo, para falar em língua estrangeira não conhecida e anteriormente não aprendida ou em uma língua estranha. A narrativa de Atos 2 é o principal texto-base para o dom de variedade de línguas de natureza idiomática e o ensino de 1 Coríntios 12 a 14 a principal base para a manifestação do dom em línguas estranhas.

O dom de variedade de línguas, na condição de dom, como os demais relacionados na Bíblia, é concedida pelo Espírito Santo, mediante o Seu aprazimento e "segundo a graça que nos foi dada" (1 Co 12:11; Rm12:6). Portanto, o referido dom não constitui sinal exclusivo de um experiência marcante com o Espírito, nem é exigido que todos os crentes em Cristo o tenham. O apóstolo Paulo não indica, em nenhum lugar, que a glossolalia é prova de que o Espírito Santo foi recebido, tanto quanto não afirma que os

que exercem o dom possuam um nível mais elevado de vivência cristã. Ao contrário, o apóstolo ensina que o referido dom não é concedido a todos os crentes, nem é um dos principais (1 Coríntios 12:27-30).

1.3 A prática do dom de variedade de línguas

Em função dos exageros e desvios quanto a este dom, precisam ser consideradas as orientações bíblicas para o seu exercício:

Não há sentido exercê-lo publicamente sem que haja interpretação (1 Co 14:13,28);

O número dos que exercem o dom no culto público deve ser limitado a dois ou, quando muito três (1 Co 14:27);

Os que falam em línguas devem fazê-lo sucessivamente; não há apoio bíblico para a fala simultânea em grupo (1 Co 14:27);

Deve-se considerar incoerente e sem apoio bíblico o procedimento de "aprender" a falar em línguas, pois, se é dom, distribuído como apraz ao Espírito Santo, não pode ser aprendido (1 Co 12:11);

A manifestação do dom não exige um estado de êxtase. Quando são narradas as experiências de falar em línguas na Bíblia, não se declara que ocorreram em estado de descontrole mental ou emocional (At 2:10,19);

Admite-se que o dom sirva para edificação pessoal, embora isso vá de encontro ao propósito geral dos dons, que é edificar o Corpo – a Igreja;

Ao ser exercido o dom, a Igreja deve julgar o conteúdo da fala, usando o dom de discernimento (1 Co 14:29).

2. DOM DE PROFECIA

"Cremos na contemporaneidade do dom de profecia, que pode ser manifestado no sentido querigmático e preditivo".

Nossa crença encontra os seguintes fundamentos:

2.1 Conceito do dom de profecia.

Profetizar é a capacitação concedida pelo Espírito Santo ao crente em Cristo para pregar a Palavra de Deus (sentido querigmático), com o propósito de edificar, confortar, exortar e conduzir ao arrependimento (1 Co 14:3, 4,21-25; At 15:32); e para predizer a respeito de entendimentos futuros (Gn 49:1; Nm 24:14; At 11:27, 28 e 21:10, 11).

É impossível desassociar o aspecto preditivo do termo profecia, quer no original hebraico (Antigo Testamento), quer no original grego (Novo Testamento). Embora não haja o sentido em que o termo é mais usado, não há como provar que o dom, em um dos seus aspectos, cessou. Deve-se, porém, observar que o maior uso do termo profecia no

Novo Testamento é com o significado de proclamar a Palavra de Deus e não de prognosticar.

O profeta, ao exercer do dom, deve estar de plena posse de suas faculdades, sendo capaz de se restringir (1Co 14:32-40). Isso implica em que não há apoio bíblico para a ocorrência necessária de um estado de êxtase ou descontrole emocional ao profetizar.

2.2 – Conceito dos dons de curar

A profecia, em seu conteúdo e seu método, não pode contrariar os ensinamentos da Palavra de Deus (1 Co 14:37, 38; Ef 2:20). Esse cuidado evita os seguintes erros:

A aceitação de profecias que têm, pretensamente, o objetivo de guiar homens e igrejas a decisões, usurpando o lugar das Escrituras e levando os crentes a abandonarem ou desvalorizarem sua consciência cristã e sua capacidade de raciocínio (Sl 32:9; Lc 12:57; 1 Co 14:59; At 17:11).

A aceitação de profecias que tenham o objetivo de ser fonte de "novas verdades" para a Igreja e que podem ser introduzidas dissimuladamente como doutrinas inovadoras (2 Pe 2:1-3; Gl 1:9; Ap 22:18, 19).

2.3 Julgamento da profecia e do profeta.

A Igreja neo-testamentária mostrou grande cuidado com o discernimento da profecia e julgamento do profeta (1 Co 14:29). Há cinco testes, sugeridos nas Escrituras, para se provar a profecia:

O caráter moral do profeta (Jr 23:14; Is 28:7; Mt 7:17-20). O profeta procede de acordo com a Palavra de Deus?

Natureza espiritual da profecia. A mensagem desvia o povo de Deus? (Dt 12:1-3) A mensagem tende a encobrir pecados? (Jr 28:8). Se estas perguntas forem respondidas positivamente, a profecia não passou no teste.

A autenticidade de sinais (Ex 7:9; 2 Rs 4:1-17). Esses textos mostram que emissários de Satanás também podem operar sinais e maravilhas;

2.4 Discernimento e julgamento do povo (1 Rs 22:7); Cumprimento na história (Dt 18:21; 1 Rs 22:28).

3. DONS DE CURAR E CURA DIVINA

"Cremos na contemporaneidade dos dons de curar; tais dons são concedidos à Igreja hoje pelo Espírito Santo, segundo a Sua Soberana Vontade, sem limitação de tempo e definição de circunstâncias, conf. 1 Coríntios 12:7-9".

Nossa crença encontra os seguintes fundamentos:

3.1 Argumentos a favor da contemporaneidade.

Não encontramos na Bíblia base para negar a contemporaneidade dos dons de curar. Textos considerados como apoio para afirmar a não contemporaneidade de tais dons recebem outra interpretação.

O fato de que Filipe também exerceu dons de curar (At 8:4-7), sendo diácono e não fazendo parte do colégio apostólico, é prova de que os dons foram dados por Deus não só aos apóstolos, para credenciar ou autenticar o ministério apostólico, enquanto se processava a formação do cânon bíblico. Assim, não encontramos em 1 Coríntios 13:8-13, apoio para a negação da contemporaneidade dos referidos dons ou de quaisquer outros dons espirituais.

"o que é perfeito" (1 Co 13:10) não se refere à conclusão do cânon bíblico, como alegam aqueles que não acreditam na contemporaneidade dos dons, mas à Pessoa de Cristo e à Sua volta, quando então Ele será visto "face a face" (1 Co 13:12).

3.2 Conceito dos dons de curar

Entendemos como dons de curar a capacitação de caráter sobrenatural dada aos crentes em Cristo, instrumentos de Deus, para, com autoridade do Filho, e em nome dEle, ministrarem a benção da cura de enfermos, como fizeram servos de Deus no passado (2 Rs 5:1-14; 20:1-11; At 3:1-10; 9:32-35).

3.3 Orientações quanto ao exercício dos dons de curar.

O exercício dos dons de curar deve obedecer a normas bíblicas e ao bom senso que deve caracterizar os cristãos, conforme segue:

A origem das doenças deve ser levada em conta. Podem ser oriundas: do pecado (Tg5:15); de ação satânica (Mt 17:15, 18; Lc 11:14; 13:11-13); de quebra de leis naturais (1 Tm 5:23); de contaminação ambiental (Gn 3:17; Rm 8:22, 23); de intervenção divina, visando disciplinar (1 Co 11:30) e de intervenção divina, visando provação (Sl 119:71).

A afirmação de que toda doença tem origem em um pecado determinado é falsa. O discernimento acerca da origem da enfermidade é de suma importância para aplicar o tratamento ao enfermo. Se é pecado, o tratamento a aplicar deve ser, antes de tudo, espiritual (por exemplo – Miriam– Nm 12; os crentes de Corinto – 1 Co 11:30). Se a origem é quebra de leis naturais, o tratamento deverá ser através de disciplina pessoal. Se é provação, deve-se estimular o enfermo a permanecer firme na fé.

Não se aconselha a promoção de "cultos de cura", porque essa atividade não tem fundamento nem referência bíblica e tem servido, muitas vezes, à prática do curandeirismo e comércio da fé.

A Bíblia não traz definição quanto à liturgia ou fórmula de atuação para o exercício dos dons de curar. A atuação de Jesus e dos apóstolos é diversificada quanto à forma, e deve ser considerada nosso padrão (Mc 16:18; At 3:8; Mt 9:27-31; Jo 9:1-12; Tg 5:14, 15).

3.4 Cura divina

Os congregacionais filiados à União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil crêem que Deus operou e ainda opera curas, sempre mediante o Seu eterno propósito e soberana vontade. Entretanto concordam, igualmente, que Deus não instituiu um ministério específico de cura divina para a Igreja. O Senhor cura em resposta às orações a Ele dirigidas nesse sentido (Tg 5:15-17). O serviço da Igreja é a pregação do Evangelho. Ela deve deixar à mercê da soberana vontade do Pai a realização ou não de curas, que podem acompanhar o ministério da Palavra (Mc 16:15-20; At 4:29-31)

4. VISÕES OU REVELAÇÕES

"Cremos que visões ou revelações ainda ocorrem hoje".

Nossa aceitação da ocorrência das visões ou revelações na atualidade está baseada nos fundamentos abaixo expostos e seguem as orientações infra-relacionadas:

4.1 Definições

Visão ou revelação é um modo de Deus se comunicar com o homem, tendo como objetivo propor uma orientação pessoal, imediata, esclarecer, mostrar ou descobrir a Sua vontade (Gn 15:1; Nm 22:2; At 10: 9-16; 16:9,10).

4.2 Visão ou revelação e Palavra de Deus.

Nenhuma visão ou revelação contemporânea possui a mesma qualidade e valor da Revelação expressa nas Sagradas Escrituras, insubstituível e imutável (Ap 22:18,19). A devida importância da visão não está em si mesma, nas circunstâncias que a envolvem ou no seu caráter fantástico, mas na mensagem que ela transmite, que sempre precisa encontrar coerência com a Palavra escrita.

4.3 Advertências quanto ao perigo e exageros em relação a visões e revelações:

Se não houver conhecimento bíblico e discernimento quanto ao valor prático da visão ou revelação no presente contexto histórico, corre-se o risco de ocorrerem desvios e serem provocadas situações de dissensão na Igreja. Por este motivo, devem ser seguidas as orientações abaixo:

Não é necessário que haja um estado de espírito definido para ocorrerem visões. Elas podem acontecer:

Em momentos despertos – Dn 10:7; At 9:7;

Durante o dia (At 10:3,9-16; Nm 24:4-16);

Durante a noite (Gn 46:2);

Durante o sono (Nm 12:6; Dn 4:9). As revelações ou visões devem estar sujeitas à mesma disciplina da profecia, isto é, devem ser julgadas, pois podem ser simplesmente fruto de mente natural ou carnal (Jr 23:16; Cl 2:18,19). Na questão do misticismo da fé o ruído que pensamos vir do Senhor, não pode ter origem nele (1 Rs 19).

Visões ou revelações nunca devem ser usadas como meio promocional ou de "auto-afirmação";

Visões ou revelações não podem ser entendidas como a forma mais eficiente de Deus indicar a Sua vontade e orientar o Seu povo. A Bíblia é a fonte de descobertas da vontade do Senhor e a bússola precisa dirigir os santos. Além desse instrumento útil (2 Tm 3:16,17), o povo de Deus desfruta da ação do Espírito Santo em sua vida, aclarando a Palavra ao espírito humano e guiando-o a toda verdade (Jo 16:13).

5 UNÇÃO COM ÓLEO

"Cremos que a unção com óleo sobre enfermos, como símbolo do poder curador de Deus, pode também ser praticada na presente época da Igreja".

Nossa crença encontra os seguintes fundamentos:

5.1 – Conceitos

A Bíblia menciona três tipos de unção:

Unção Espiritual, realizada pelo Espírito Santo sobre Jesus e sobre os crentes, e que substitui qualquer unção com óleo que represente consagração (Lc 4:18, At 4:27; Hb 1:9; 1 Jo 2:20,27, 1 Co 1:21). Esta unção é de caráter permanente.

Unção com óleo literal, que é a aplicação de óleo ou unguento aromático com o objetivo de conservar, limpar, curar, perfumar e embelezar (Ez 16:9, 2 Sm 14:2, Rt 3:3; Is 1:6; Mt 6:17; Mc 6:13; Lc 7:38; 10:34; Mc 14:8; Ap 3:18).

Unção com óleo simbólica, que é a aplicação de óleo sobre pessoas, animais e objetos, com o fim de consagrá-los (Ex 29:7; 40:15; 1 Sm 9:16; 10:1; 1 Rs 1:39; Ex 29:36; 30:26; 40:9; Lv 8:10; Nm 7:1). Esta unção, que também se pode designar de cerimonial, não tem sentido ser hoje praticada, porque era prescrição da Lei Mosaica, e só se fazia com o "óleo da unção" (cf Ex 30:22-33), não sendo, por isso, recomendada em nenhuma parte do Novo Testamento.

A unção com óleo sobre enfermos é também simbólica, mas não simboliza consagração, e sim o poder curador de Deus. A prática desta unção se encontra mencionada em dois textos do Novo Testamento: Mc 6:13 e Tg 5:14, 15.

5.2 – Orientações para a prática

À luz das Escrituras e diante dos conceitos acima emitidos, deve-se seguir as seguintes orientações na prática da unção sobre enfermos:

O óleo não tem, em si mesmo, poder curador (o poder é de Deus, que opera através da oração da fé, conforme Tiago 5:14,15);

Não há obrigatoriedade de se ungir com óleo todos os enfermos pelos quais se intercede;

O ato da unção com óleo sobre os enfermos deve ser restrito a pastores e presbíteros, com base em Tiago 5:14,15;

A unção simbólica sobre animais e objetos era uma prática relativa à Lei Mosaica em seu caráter cerimonial, não determinada pelo Novo Testamento, e que, por isso, não é recomendável aos cristãos.

Não é procedente a expressão "óleo ungido";

Deve-se cuidar para que o óleo não venha a ser tornado um elemento mediador dafé. A crença não pode ter como objeto, o óleo e sim, o Senhor.

6. EXPULSÃO DE DEMÔNIOS OU EXORCISMO

"Cremos que os crentes em Cristo têm autoridade para expulsar demônios, em nome dEle".

Esta afirmação encontra base nas Escrituras, conforme segue abaixo:

6.1 – Possessão Demoníaca

É a invasão da pessoa não redimida pelo sangue de Jesus por espíritos demoníacos, dominando suas faculdades pessoais – a razão, a volição e a emoção (cf Lc. 8:26-34).

Somente os incrédulos estão sujeitos à possessão maligna, pois os que recebem a Jesus como Senhor e Salvador ficam livres de serem atingidos por esta invasão do inimigo, uma vez que passam a ser santuário do Espírito Santo (1 Co 3:16; 6:19) e residência permanente do Pai e do Filho (Jo 14:23); o Senhor lhes garante completa libertação (Jo 8:36; Cl 1:13) e proteção (2 Ts 3:3; 1 Jo 4:4; 5:18).

Crentes em Cristo podem sofrer opressão demoníaca ou satânica, quando perdem o caminho da santidade e deixam de se submeter á vontade de Deus (1 Co 5:2-5; 1 Pe 5:6-9), quando não resistem ao diabo (Tg 4:7), ou quando o Senhor, dentro de Sua Soberania, para fins de provação da fé e de disciplina, o permite (Jó 1 e 2; 2 Co 12:7-10).

6.2 – Cuidados

Há alguns cuidados que à luz da Bíblia e do bom senso, devem ser tomados por Igrejas e obreiros, quanto à prática da expulsão de demônios:

Não confundir possessão demoníaca com certas enfermidades, tais como: epilepsia, esquizofrenia e outras; ainda que, em alguns casos, enfermidades resultem de possessão demoníaca e seja, muitas vezes, difícil de discernir a origem (Mt 9:32-34; 17:14-18; Lc 13:10-13);

Entender que as obras da carne, embora sejam usadas pelos demônios, não são personificação de espíritos malignos e por isso, deve-se evitar nomeá-los de "espíritos" (espírito de prostituição/espírito de avareza, etc.);

Compreender que a metodologia para a prática da expulsão de demônios não se apresenta de forma específica nas Escrituras. Alguns exemplos bíblicos contêm apenas uma ordem dada aos espíritos (Mt 8:16, Mc 1:25; At 16:18). Assim deduzimos que qualquer crente em Cristo, cheio do Espírito Santo, pode ordenar, em nome de Jesus

Cristo, que o demônio se retire da pessoa por ele invadida, sem que seja alterada a liturgia do culto com inserções desnecessárias, tais como: passes místicos, entrevistas com demônios, etc.

Compreender que uma pessoa liberta de demônios não está necessariamente convertida ao Senhor e Salvador Jesus Cristo, podendo, por conseguinte, voltar a ser invadida por eles (Lc 11:24 a 26).

7. QUEBRA DE MALDIÇÃO

"Cremos que o sacrifício de Cristo, realizado na cruz do Calvário, é suficientemente eficaz para livrar o homem que nEle crê de qualquer maldição que lhe tenha sido imposta por Deus, em consequência da sua desobediência e, portanto, é desnecessária qualquer palavra ou ritual para quebrar maldições".

Esta confissão tem os seguintes fundamentos:

7.1 – Conceito e origem da maldição

Maldição é uma consequência da quebra da Lei de Deus. A maldição se originou no pecado (desobediência e rebeldia contra Deus), enquanto que a bênção se origina da obediência ao Senhor (Dt 11:26-32). Deus amaldiçoa o pecador, tanto quanto abençoa o penitente. A maldição divina não possui o sentido místico e supersticioso que os pagãos lhe atribuíam. Criam que maldição era uma entidade espiritual em si mesma que, uma vez proferida por um homem, acionava o poder dos deuses ou forças ocultas para executarem o mal desejado contra o próximo (por exemplo, 1 Sm 17:43). Este conceito prevalece hoje nas religiões de magia. Os crentes em Cristo crêem que a bênção e maldição relacionam-se aos conceitos de obediência e desobediência ao Senhor (Dt 27 e 28; Mt 3:8-12) ou aos conceitos de aceitar ou rejeitar o Evangelho de Cristo (Gl 1:6-9; 3:10-13).

7.2 – A maldição já quebrada

Os crentes em Cristo não devem temer nem preocupar-se com maldições (Rm 8:1); porque todos estamos libertos da maldição imposta pela Lei (Gl 3:13); e a mais terrível das maldições, a morte (Gn 2:17), perdeu o seu poder (Rm 8:33-39; 1 Co 15:53-57).

7.3 – A maldição hereditária

A chamada "maldição hereditária", que consiste em acreditar-se que os pecados, alianças e padrões estabelecidos pelos antepassados podem acarretar maldição sobre os descendentes até à terceira e quarta geração, com base em Êxodo 20:5,6 e Deuteronômio 5:9,10, deve ser doutrina rejeitada pelas seguintes razões:

Quem amaldiçoa é Deus, por desobediência a Ele. Ele é quem age, visitando a maldade dos pais nos filhos que continuam praticando os mesmos pecados. Os crentes precisam e podem crer que nenhum débito existe acumulado contra eles, a partir do momento em que se apropriam da vitória de Cristo na cruz (Cl 2:14,15)

Acreditar que as maldições familiares se transmitem automaticamente, ter-se-ia de acreditar que as bênçãos também sejam automaticamente transmitidas (Ex 20:6). Afirmar-se que uma aliança demoníaca dos pais "amarra" os filhos, implicaria em

acreditar-se que a fé possuída pelos pais também salva os filhos automaticamente. Em Exodo 20:5,6 se trata apenas do desdobramento tanto do pecado da desobediência quanto da obediência na vida dos descendentes.

A responsabilidade humana é individual. Os maus feitos dos pais não passam para os filhos, nem a justiça daqueles repercute automaticamente nestes (Rm 14:12; Ez 18).

7.4 – A maldição de nomes

Não há fundamento para a crença de que nomes carregam em si maldições, e que, por isso, nomes de pessoas e lugares precisam ser mudados se estão relacionados ou têm origem em nomes de santos e divindades do mal. As provas da inconseqüência desta crença podem-se dar mediante a consideração de nomes de personagens bíblicos:

Daniel e seus amigos receberam nomes de deuses pagãos, contudo continuaram fiéis ao Deus verdadeiro (Dn 1:7).

A genealogia de Jesus inclui nomes outrora comprometidos com pecados e com uma herança estranha à relação entre Deus e Israel, e isso não comprometeu a santidade do Filho de Deus, nem lhe acarretou qualquer maldição (Mt 1:3,5,6).

7.5 – Os ritos para a quebra de maldição

Os ritos para a quebra de maldição, realizados pelos que adotam tal prática, são condenáveis por duas razões:

Incluem súplica de perdão dos pecados dos antepassados, o que se assemelha à oração em favor dos mortos.

Contrariam o bom senso, pois não há como lembrar os pecados dos antepassados todos, por que as árvores genealógicas sobem em progressão geométrica.

7.6 – Bênção ou maldição proferida por homens

Os homens que proferiram bênção ou maldição, segundo a narração bíblica, o fizeram por delegação específica de Deus, servindo apenas como canais da bênção ou maldição vinda dEle (Gn 9:20-29;12:1-132). As maldições a que se refere o Antigo Testamento estavam ligadas àquela antiga aliança, e não devem ser aplicadas à nova. Vê-se que no Novo Testamento os crentes em Cristo recebem a recomendação de não amaldiçoarem (Tg 3:1-12), porque a maldição que não é imposta por Deus nasce da cólera e da amargura humana, como o objetivo de humilhar, desprezar ou execrar a pessoa a quem é dirigida e traz prejuízos àquele que a profere. A preocupação do Senhor, mostrada nas Escrituras, não está no fato de a maldição proferida por homens realizar-se ou não, mas na reação carnal das pessoas que desencadearam a vontade de destruir, prejudicar e atingir com o mal a outras pessoas.

8. SINAIS E PRODÍGIOS

"Cremos que Deus, no exercício de Sua Soberania, pode se manifestar, ainda hoje, por meio de sinais e prodígios".

Fundamentamos a declaração confessional acima conforme abaixo expomos:

8.1 – Conceito e objetivos dos sinais

Sinais e prodígios são feitos sobrenaturais, usados por Deus, para confirmar a Palavra pregada, manifestar o Seu poder e a Sua glória (Dt 6:22; Ne 9:9:10; Mc 16:15-20; At 4:29-31; Hb 2:3,4).

No Novo Testamento os sinais relatados ocorreram com os seguintes objetivos:

Marcar a inauguração do ministério terreno de Jesus Cristo (Jo 2:11);

Servir como avisos escatológicos (Mt 24:3-14; Mc 16:1-4; Lc 21:25-28);

Testemunhar da presença divina nos ministérios de Jesus e dos apóstolos (Mc 16:17-20; Jo 2:23; 3:2; 7:31; At 2:22; 2 Co 12:12; Hb 2:4).

Corroborar o ministério apostólico (At 4:16-30; 5:12; 6:8; 8:6,13; 14:3; 15:2).

Apontar para Cristo e Seu Evangelho (Jo 20:30,31; Rm 15:18,19).

Assessorar o ministério de propagação do Evangelho, conforme indicado nas palavras da oração da Igreja nascente, registradas em Atos 4:30: "Enquanto estendes a mão para fazer curas, sinais e prodígios, por intermédio do nome do teu santo Servo Jesus".

8.2 – Advertências quanto aos sinais e prodígios

Alguns cuidados precisam ser tomados pelos crentes em Cristo quanto à ocorrência de sinais e prodígios:

Todos os fenômenos ou acontecimentos tidos como sinais devem ser submetidos à apreciação da Igreja, que devem considerá-los à luz das Escrituras e, se aprovados, podem ser admitidos como tais, porque há sinais de engano (Mt 24:24; Mc 13:22; 2 Ts 2:7-11; Ap 13:13,14; 16:13,14; 19:20) e nem todos os sinais têm origem divina (At 8:9,10; 16:16).

Considerem-se os sinais como lampejos, no presente, do Reino já inaugurado em Cristo, que será estabelecido escatologicamente.

Não atribuir aos sinais lugar e valor além daqueles que a Palavra lhes dá.

Notar que há grandes porções na Bíblia sem menção de um sinal sequer. João Batista, por exemplo, não realizou sinais (Jo 10:41). Considerar também que o maior de todos os sinais já foi dado com a vinda, vida e obra de Jesus Cristo (Mt 12:38-40). Assim, não se deve ter a manifestação de sinais como uma necessidade imprescindível para a vida e serviço da Igreja.

Fugir do perigo de basear a fé em sinais e prodígios, pois o único objeto da fé é o Senhor (Lc 23:8; Jo 6:2). Embora incrédulos exijam sinais (Mt 12:38,39) e alguns necessitem deles para serem levados à fé em Deus (Jo 20:25), a Palavra ensina que são bem-

aventurados os que não viram e creram (Jo 20:29); que o justo viverá pela fé (Gl 3:8,11); e que andamos por fé e não pelo que vemos (2 Co 5:7).

Não se deixar seduzir pela onda de sinais e prodígios deste novo século e evitar que tomem o lugar da pregação da Palavra, o instrumento eficaz para despertar a fé em Deus (Rm 10:17).

9. BATISMO COM O (DO) ESPÍRITO SANTO

"Cremos que o batismo com o Espírito Santo é o ato mediante o qual o crente em Cristo é identificado com o Seu Corpo, a Igreja, ou incorporado na família de Deus".

Baseamos nossa crença no seguinte:

9.1 – Batismo com o Espírito Santo é a benção inicial da vida cristã.

Há expressões bíblicas que dão a entender que o batismo com o Espírito Santo é a experiência inicial da vida cristã:

Novo Nascimento (Jo 3:5,6) – É o Espírito que age no homem, fazendo-o nascer na família de Deus;

Recebimento do dom do Espírito (At 2:38) –Aquele que se arrepende e crê recebe a dádiva (dom) do Espírito Santo;

Recebimento do selo do Espírito (Ef 1:13). O que crê em Cristo tem a garantia da vida que há nEle, mediante a ação do Espírito Santo;

Introdução no Corpo de Cristo (1 Co 12:13). Por ação do Espírito todos os crentes são introduzidos (batizados) no Corpo de Cristo;

Incorporação na família de Deus (Gl 4:4-6). O Espírito é o agente desta incorporação.

9.2 – Todos os crentes em Cristo são batizados com o Espírito Santo.

Esta afirmação está explícita em 1 Coríntios 12:13 – "Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito"

Textos em abundância podem ser relacionados para provar que o batismo com o Espírito Santo é um experiência já realizada em todos os verdadeiros cristãos. Note-se que os tempos verbais das referências abaixo estão no presente ou no pretérito:

Romanos 5:5 -" Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado".

Romanos 8:9 – "Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele".

Romanos 8:11 – "Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita".

Romanos 8:16 – "O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.

Romanos 8:23 – "E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo".

Confira ainda: 1 Coríntios 2:12, 3:16; 6:19; 2 Coríntios 1:22; 5:5; Gálatas 3:2; 4:6; Efésios 1:13,14; Efésios 4:30; Tessalonicenses 4:8; 2 Timóteo 1:14; 1 João 2:27; 3:24; 14:13.

9.3 – Batismo do Espírito e plenitude do Espírito são experiências distintas

As razões que estabelecem a distinção são as seguintes:

Batismo é um ato único e plenitude um ato que pode ser repetido ou um processo (At 4:31; 13:52; Ef 5:18). Os apóstolos, que tinham sido batizados e cheios do Espírito no dia de Pentecostes, nunca foram rebatizados, mas foram cheios novamente depois (At 2:4; 4:31);

Batismo é um termo que está ligado à idéia de iniciação, enquanto plenitude diz respeito a ser, estar ou ficar cheio do Espírito, o que só ocorre naquele que já experimentou a regeneração efetuada pelo mesmo Espírito;

Para ter a experiência do batismo com o Espírito Santo a pessoa se apropria, pela fé, da salvação oferecida por Cristo Jesus. O batismo é graça, é dom. Para ter a experiência da plenitude o crente é exortado a buscá-la (Ef 5:18). A plenitude é exigência feita ao cristão. Os verbos que exprimem o dever do crente para com o Espírito Santo encontram-se no modo imperativo (Ef 4:30; 5:18; Gl 5:16,25 e 1 Ts 5:19).

Plenitude é, pois, uma experiência de enchimento do Espírito (ato único ou processo) ou de concessão da vida para ser guiada ou dominada pelo Espírito (Ef 5:18-21), ou ainda se pode entender como um revestimento de poder para o exercício do ministério (cf. At 9:17).

9.4 – A expressão "segunda bênção" é inadequada para definir a experiência do batismo com o Espírito Santo.

Batismo com o Espírito Santo não é uma experiência distinta da conversão e marcada pelo dom de línguas, chamada "segunda bênção". Conforme os itens anteriores, batismo do Espírito Santo é uma experiência inicial na vida cristã. Após esta bênção, universal para a Igreja, outras bênçãos seguem, como resultado do viver no Espírito (Gl 5:22-26) ou de ser por Ele cheio (Ef 5:15-21), podendo, então, serem classificadas de segunda, terceira, quarta, etc.

O dom de variedade de línguas é um dos dons concedidos pelo Espírito Santo, de acordo com o que lhe apraz, isto é, a Seu tempo e a Seu modo (1 Co 12:11). Não pode, portanto, se constituir em sinal exclusivo do batismo com Espírito Santo, nem se exige que todos os crentes o tenham. A Bíblia não indica, em nenhum lugar, que falar em línguas seja evidência de ser batizado com o Espírito Santo, nem afirma que aqueles que possuem o referido dom é que o foram.

10. CURA INTERIOR

"Cremos que todos os homens têm feridas interiores, em maior ou menor escala, das quais precisam ser curadas".

Esta confissão baseia-se nas seguintes afirmações, respaldadas por textos bíblicos:

10.1 – A origem das doenças da alma

As doenças da alma podem ter várias origens:

No meio ambiente – A opressão do mundo caído promove conflitos de ordem econômica, política, social e moral, causando ao homem certas doenças mentais e psicológicas;

Na família – A herança psíquica familiar, transmitida pelas influências, imperfeições, ausência de sabedoria e discernimento na educação por parte dos pais;

Nos conflitos existenciais. O conflito íntimo espiritual provocado pela tendência natural para o egocentrismo, em oposição à consciência do justo (Rm 7);

Na esfera espiritual. As influências, sugestões e agressões do mundo dos espíritos demoníacos (Ef 6:12).

10.2 – A cura das doenças da alma

Enfermos de alma podem encontrar a cura do seguinte modo:

O processo de cura interior de uma pessoa é essencialmente precedido pela sua aceitação do Evangelho Redentor de Cristo Jesus (Is 61:1,2; Lc 4:18; Mt 11:28,29; Jo 10:10), pois a pessoa deixa de estar debaixo do domínio de Satanás e toma posse da graça de Deus.

Crentes em Cristo que ainda carregam dentro de si tais enfermidades podem ser curados por meio de tratamento que conste de aconselhamento pastoral, leitura da Palavra de Deus, oração e dependência do Espírito Santo, o Consolador; o que em suma representa o processo de santificação na vida do crente (1 Ts 4:3-8; Fp 4:5-8; Cl 3:1-17).

Pode-se contar, nesse processo, com o auxílio da ciência médica e psicoterapêutica com o cuidado de não se depender exclusivamente dela, e nem deixar de aferir o caráter destas técnicas científicas com os princípios bíblicos.

Evitem-se os rituais de cura interior, atualmente em moda, pois a saúde da alma geralmente necessita de tratamento demorado.

10.3 – Recursos para a cura das almas

Seguem abaixo alguns princípios que poderão ser utilizados num processo de aconselhamento pastoral, visando a cura interior:

A recuperação dos relacionamentos interpessoais, mediante a confissão de pecados e prática do perdão (Mt 6:14; Ef 4:32; Tg 5:16);

A confiança plena em Deus para evitar o medo e a ansiedade (Sl 112:7; 118:6; Pv 29:25; Mt 6:25-34; Jo 16:33; Rm 8:15; Fp 4:6; 1 Jo 4:18);

A consciência do valor e propósito da vida humana para Deus (Gn 1:26,27; Ef 2:10);

A sujeição completa a Deus, resistência a Satanás e apropriação da armadura de Deus (Tg 4:7; 1 Pe 5:6,7; Ef 6:13-17), para eliminar toda influência, sugestão e agressão demoníaca à alma.

A substituição das más lembranças por louvores e pensamentos amáveis, construtivos e saudáveis (Fp 4:6,7).

A confiança no poder de Deus para restaurar a alegria da salvação (Sl 51:10-12).

11. O JEJUM

"Cremos que a prática do jejum não é exclusiva dos tempos vétero e neotestamentários e que, portanto, é lícito a Igreja utilizar-se dela nos dias atuais".

Está confissão acima encontra respaldo nas seguintes afirmações e comprovações bíblicas:

11.1 - Propósito do Jejum

O jejum é um instrumento de consagração ao Senhor, de dedicação à oração e de humilhação diante dEle (Sl.35.13; Jn3.5).

11.2 – Prática do Jejum

A prática do jejum deve seguir às orientações bíblicas: Ser espontâneo, ocorrendo individual ou coletivamente (2Sm12.23; 2Co6.5; Ed 8.21; NE 9.1). O jejum ritual ou formal é censurado pelas Escrituras (Is 58.3-6; Jr. 14.12; Zc 7.5; Lc 18.12);

Nunca tornar-se elemento de ostentação ou de superioridade espiritual, como o próprio Jesus orientou (Mt 6.16-18);

Não tornar-se rotineiro ou mecânico, mas ser usado com um fim específico (At 13.2,3).

11.3 – Ensino e Exemplos bíblicos:

O jejum é recomendado pelo Senhor Jesus (Mt 6.16-18), tornando-se, assim, parte integrante do seu ensino à Igreja.

Alguns exemplos de prática de jejum nas Escrituras:

O próprio Jesus (Mt 4.2); O apóstolo Paulo (2Co 6.5; 11.27); A Igreja de Antioquia (At 13.2,3).

43ª Assembleia Geral da UIECB – União de Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, Águas de Lindóia – SP, 1995.

NOSSO GRANDE IDEAL:

“Pelo que, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos; pelo contrário, rejeitamos as cousas que, por vergonhosas, se ocultam, não andando com astúcia, nem adulterando a palavra de Deus; antes, nos recomendamos à consciência de todo homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade”. 2 Co 4: 1 e 2